

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais

HEGEMONIA BURGUESA E O PROTAGONISMO DOS MILITARES NO PERÍODO ENTRE O PÓS-GOLPE DE 2016 E O GOVERNO BOLSONARO: UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE

ANA KAROLINE NOGUEIRA DE SOUZA¹

RESUMO:

Este artigo apresenta reflexões iniciais sobre a conjuntura do Brasil recente, como parte da pesquisa de doutorado em andamento, a fim de elucidar a relação entre o novo arranjo das frações de classe burguesa hegemônicas e a ascensão dos militares ao executivo do Estado. Com base na perspectiva crítica marxista, retoma elementos políticos desde os governos Lula-Dilma até o governo de Bolsonaro.

PALAVRAS-CHAVE: Hegemonia; Militares; Bolsonaro.

ABSTRACT:

This article presents initial reflections on the current situation in Brazil, as part of ongoing doctoral research, in order to elucidate the relationship between the new arrangement of hegemonic bourgeois class fractions and the rise of the military to the State executive. Based on a critical Marxist perspective, it revisits political elements from the Lula-Dilma governments to the Bolsonaro government.

KEYWORDS: Hegemony; Military; Bolsonaro.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta breves reflexões que foram construídas a partir das aproximações iniciais ao fenômeno da relação entre a hegemonia burguesa e o protagonismo dos militares no

¹ Universidade Federal de Pernambuco

período que se situa entre o pós-golpe de 2016 e o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)². Considerando que, o arranjo das frações da classe burguesa que se constituíram nesse período em questão, resultou no reforço da presença dos militares no executivo do Estado. Nesse sentido, este texto retoma elementos políticos dos governos Lula-Dilma como subsídio para a compreensão da conjuntura que se inaugura após o golpe de 2016, marcada pela ascensão dos militares ao cenário político, avaliando os determinantes que requerem uma nova configuração da hegemonia burguesa no Brasil.

Partimos do pressuposto que a formação social brasileira é marcada por momentos sucessivos de transições propiciadas por articulações pelo alto, sem a participação das massas populares, caracterizados pela categoria gramsciana de *revolução passiva*³. Ademais, no período dos governos progressistas Lula-Dilma foi construído um arranjo de classes que deu sustentação a um padrão de hegemonia burguesa, caracterizado por alguns autores como sendo “hegemonia da pequena política” (Coutinho, 2010), “hegemonia às avessas” (Oliveira, 2010) ou “hegemonia Lulista” (Braga, 2012), que iremos problematizar ao longo desse artigo.

Desse modo, o rearranjo político que ocorreu após 2016 se conecta com o que já aconteceu no Brasil em anos anteriores. A partir dessa perspectiva, a aproximação com a realidade nos permitiu formular a suposição provisória de que, o padrão de hegemonia burguesa no Brasil foi alterado com o golpe de 2016, colocando na cena política os militares, que assumem um importante protagonismo na reorganização das frações da classe burguesa à frente do Estado. É possível observar que, semelhante a momentos como o fim do Império e início da República, em que houve uma “recomposição das estruturas de poder” (Fernandes, 1976, p.203), o golpe de 2016 marca uma transição na direção política que reflete nas relações de classe da burguesia e a sua articulação com os militares.

Assim, nas páginas que se seguem, iremos apresentar inicialmente o contexto de coalizão entre as frações de classe que permitiu a sustentação da hegemonia dos governos do PT até o momento do golpe de 2016. Em seguida, iremos apresentar a conjuntura que se desbordou a partir desse marco e que resultou no protagonismo dos militares no cenário político brasileiro,

² Este texto constitui uma síntese provisória, como parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social de uma Universidade Federal com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

³ A análise de Gramsci sobre a revolução passiva está concentrada no *Caderno 19*, quando o autor analisa o processo de unificação do Estado Italiano, isto é o *Risorgimento*, como um processo de revolução passiva. O conceito de revolução passiva ainda aparece como uma chave de interpretação, não apenas para a denominada era do *Risorgimento*, mas também para uma “[...] época complexa de transformações históricas” (GRAMSCI, CC 15, § 62, p.331).

representados na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro. Por fim, evidenciamos as possibilidades que se colocam em aberto para a análise desse período.

2. Elementos políticos para entender a conjuntura brasileira: entre a hegemonia Lulista e o golpe de 2016

A formação social brasileira é marcada por momentos sucessivos de transição na forma da dominação burguesa, caracterizados pela inovação-conservação, o que invoca a análise a partir da categoria gramsciana de revolução passiva. Esse movimento ocorre por meio da articulação entre as frações de classe burguesas pelo alto e sem a participação das massas populares. É, notadamente, parte desse processo o que aconteceu no Brasil nos momentos da transição do Império, na república velha em 1930, na ditadura militar em 1964 e na abertura democrática. Desse modo, na revolução passiva brasileira, o Estado moderniza-se molecularmente, mas conserva o equilíbrio das alianças realizadas entre a burguesia industrial e a agroexportadora desde o Império.

Como um desdobramento dos processos de transição no Estado brasileiro pela revolução passiva, assistimos no ano de 2002 o amplo jogo de alianças de classes que foi operado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com os representantes da burguesia, o que propiciou a ascensão de Lula à direção do Estado. Esse movimento de giro político realizado pelo PT, de abandono de bandeiras históricas de luta defendidas pelo partido e adesão ao projeto que antes criticava, assumindo a condição de partido da ordem, expressou uma guinada aos projetos da burguesia brasileira, caracterizando-se como um *transformismo* (Souza, 2020, p.150). Além disso, cabe ressaltar que a política macroeconômica neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi seguida por Lula no primeiro mandato, sob uma nova roupagem: ao tempo em que realizou a agenda do grande capital, criou programas de transferência de renda para os setores mais pauperizados da sociedade, o que Castelo (2013) denomina de *social-liberalismo* ou *neodesenvolvimentismo*.

A partir de uma análise gramsciana, Coutinho (2010) caracteriza a hegemonia dos governos do PT como uma “hegemonia da pequena política”, que foi consolidada definitivamente por meio do transformismo. Nesse sentido, o autor explica que esse tipo de hegemonia se manifesta no fato de que a disputa política se reduziu a um bipartidarismo efetivo, centrado na alternância de poder entre um bloco liderado pelo PT e outro pelo Partido da Social Democracia

Brasileira (PSDB), que não só aplicam a mesma política econômica e social, como também praticam métodos de governo semelhantes. Portanto,

hegemonia da pequena política existe, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo “natural” (Coutinho, 2010, p.31).

Seguindo esse trilha analítico, na busca por uma explicação desse fenômeno, Francisco de Oliveira (2010) aponta que nesse período houve uma hegemonia dos “de baixo” para “os de cima”, caracterizando-a como uma “hegemonia às avessas”. Nos termos do autor,

Aos meus olhos, a “hegemonia às avessas” é o ponto comum entre duas formas sociais distintas de consentimento: a *ativa* e a *passiva*. “Vanguarda do atraso” ou “atraso da vanguarda”? O governo Lula apoia-se em uma forma de hegemonia produzida por uma revolução passiva empreendida na semiperiferia capitalista que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado, em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a *consentir ativamente* com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeira globalizado. (Oliveira, F., 2010, p. 14, grifo do autor.)

Considerando essa perspectiva do consentimento como elemento central da hegemonia erguida, essa forma de operar que foi realizada pelo PT é o que Ruy Braga (2012) denomina de “hegemonia Lulista”. Segundo o autor, entendido como um modo de regulação dos conflitos classistas, o Lulismo enquanto relação social hegemônica apoiou-se em duas formas diferentes e complementares de consentimento: consentimento passivo das massas, que aderiram ao governo em razão das políticas redistributivas e dos ganhos salariais e o consentimento ativo das direções sindicais e lideranças dos movimentos sociais, que foram atraídos por posições no âmbito estatal.

Nesse sentido, visualizamos que essas alianças realizadas entre as diferentes frações de classe da burguesia brasileira sofreram um tensionamento no seu jogo de interesses a partir da crise de 2008, mediante a nova dinâmica na estrutura econômica imposta pela crise financeira que eclodiu no cenário mundial. Crise esta que se caracteriza como uma *crise orgânica*, a partir de uma leitura gramsciana do *Caderno 13*.⁴ Isto é, simultaneamente crise política e econômica, que também se constitui como uma “crise de hegemonia”. Nos termos do próprio Gramsci,

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam

⁴ As reflexões de Gramsci sobre crise orgânica estão no *Caderno 13* (1932-1934) nas notas do §17 (análise das relações de força) e §23 (estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica).

mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer. (Gramsci, CC3, §34, p.184)

Nesse sentido, Gramsci ainda aponta nas notas do § 24 CC19, que a supremacia de um grupo social se manifesta de duas formas: “como domínio e como direção intelectual e moral”. Desse modo, um grupo social já deve ser “dirigente” antes de ascender ao governo e esta é uma das condições para a conquista do poder. Ao exercer o poder, o grupo tornará “dominante”, mas mesmo assim deve continuar a ser “dirigente”. Portanto, quando a classe “dominante” deixa de ser “dirigente”, verifica-se uma crise de hegemonia.

Desse modo, quando há uma crise de hegemonia pode ser estabelecido uma resolução militar entre burguesia e classe trabalhadora, em que as classes dominantes buscam um representante dos seus interesses. Nesse sentido, Aliaga (2020) elucida que a solução para uma crise de hegemonia, quando não é passível de solução no sentido progressista mediante a participação popular, pode vir a ser resolvida regressivamente, pelo alto, sem ruptura formal das instituições liberais, mas com caráter autoritário. Ademais, pode ocorrer por meio de um golpe aberto de Estado ou por meio de um líder carismático.

Como alternativa para a saída da crise e como estratégia para beneficiar o grande capital, Lula adotou medidas para retomar o crescimento econômico, reduzindo impostos, ampliando o espaço do grande capital internacional e incentivando a transnacionalização de setores da burguesia nativa (Antunes, 2018). No final do segundo governo Lula, a sua popularidade alcançava a marca de mais de 80% de aprovação nas pesquisas de opinião pública⁵, o que contribuiu significativamente para a eleição da sua sucessora, Dilma Rousseff, nas eleições de 2010. Essa eleição contou, mais uma vez, com o apoio de diversas frações da burguesia, que até então estavam satisfeitas com a garantia dos seus interesses.

Dilma manteve basicamente o receituário do segundo governo Lula: crescimento econômico com ênfase na expansão do mercado interno; incentivo à produção de commodities para a exportação (favorecendo especialmente o capital vinculado ao agronegócio); redução de tributos que beneficiou os grandes capitais (industrial, construção civil etc.), mantendo uma política financeira preservadora – em grande parte de seu governo – dos juros altos, procurando garantir o apoio do sistema financeiro. (Antunes, 2018, p.257)

Mediante o agravamento da crise econômica internacional, a aliança estabelecida com a burguesia, que deu sustentação aos governos de Lula e Dilma, começou a dividir-se, o que

⁵ Esses resultados foram divulgados em sites jornalísticos como: G1, BBC News e Estadão.

também expressa uma crise de direção política nos governos do PT. Segundo Braga (2016), as principais frações da burguesia, como os banqueiros, exigiam o aprofundamento do ajuste recessivo e a imposição de uma série de reformas antipopulares, como a da previdência e a trabalhista. Portanto, essas exigências postas pela burguesia, principalmente a fração financeira e rentista, como alternativa de saída da crise, conflitam-se com os interesses das diferentes frações de classe hegemônicas.

Sendo assim, o ajuste fiscal implementado no segundo governo Dilma, não agradou aos seus eleitores, nem as frações da classe média. O descontentamento e a insatisfação com os dirigentes do Estado, que representavam os interesses da burguesia ganharam notoriedade nas manifestações políticas das Jornadas de Junho de 2013⁶. Dessa forma, pode-se afirmar que os eventos de 2013 questionaram e colocaram na ordem do dia a forma de gestão da crise que vinha sendo adotada.

Nesse sentido, visualiza-se que desde 2013 há uma disputa intraclasses da burguesia, com camadas e frações de classe disputando projetos de desenvolvimento do capitalismo para o Brasil. Para Alves (2016) coloca-se a necessidade de uma nova reestruturação da ordem do capital global mediante a crise e é nesse contexto que ocorre a ruptura da institucionalidade democrática no Brasil em 2016 por meio do golpe.

Cabe ressaltar que, embora os militares não estivessem publicamente na direção do golpe de 2016, foram conspiradores para que o mesmo acontecesse. A atuação dessa fração de classe ficou expressa na votação do impeachment e nas articulações políticas que se desenvolveram posteriormente. Assim, o golpe de Estado jurídico-parlamentar-midiático operado em 2016, que pôs fim ao ciclo dos governos petistas de coalizão, propiciou o retorno dessa ala conservadora e dos setores mais reacionários para a cena política.

Nesse sentido, o golpe de 2016 marcou a cisão nos interesses do arranjo de classes que deu sustentação a hegemonia dos governos Lula-Dilma. Assim, concordamos que o golpe se constituiu como o “resultado não só das formas mais avançadas e orgânicas da conciliação de classes conduzida pelo lulopetismo, mas do agravamento da crise e a urgência de continuidade das reformas neoliberais.” (Gomes, 2021, p.103)

Cabe aqui destacar os motivos pelos quais o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff é considerado sob a perspectiva do golpe. Embora tenha sido um processo que se apresentou como “legal”, nos termos da institucionalidade, não passou de uma armação política sob o

⁶ Cf.: Jornadas de Junho - A revolta popular em debate. Plínio A. Sampaio (Org.). Instituto Caio Prado Jr., 2014

comando dos interesses da burguesia. Considerando que Dilma foi eleita democraticamente nas eleições de 2014, o golpe se justificou por crime de responsabilidade fiscal, em razão das chamadas “pedaladas fiscais”, a partir da articulação entre o então presidente da câmara dos deputados Eduardo Cunha com o conjunto de parlamentares reacionários. Em concordância com Löwy (2016, p.57),

O principal componente dessa aliança de partidos de direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como “a bancada BBB”: da “Bala” (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), do “Boi” (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da “Bíblia” (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos).

Cabe ressaltar que, as razões que motivaram o golpe estão diretamente imbrincadas a insatisfação da burguesia, por não ter os seus interesses atendidos nas respostas econômicas construídas para a crise. Isto é,

[...] vale destacar que as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista. (Braga, R., 2016, p.52)

Após o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff, é notório que a dominação burguesa passa a ser mais incisiva mediante o aprofundamento das medidas neoliberais no governo Michel Temer (2016-2018), que cumpriu à risca o que estava posto em “uma ponte para o futuro”⁷. Além do aprofundamento das medidas do acordo neoliberal, verificou-se por outro lado, uma crescente ocupação de cargos estratégicos por militares, que antes eram ocupados por civis, configurando uma “militarização do Estado” (Silveira Jr., 2019, p.184).

Nesse sentido, foi após o golpe de 2016 que a presença dos militares tornou-se mais evidente nos espaços que anteriormente eram ocupados por civis. No tópico a seguir, iremos apresentar o contexto que marcou esse protagonismo de forma mais efetiva, mediante a eleição de Jair Bolsonaro.

⁷ “Uma ponte para o futuro” foi o programa formulado pelo extinto Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), publicado em 2015, que entre outras justificativas, destinava-se a “preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento”. Disponível em: <<https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>> Acesso em: 01/06/2022.

3. O protagonismo dos militares no cenário político brasileiro do governo Bolsonaro

No período entre 2018 e 2019, emergiu no cenário político brasileiro a ascensão dos militares das forças armadas à direção do executivo do Estado, o que não acontecia desde 1985, sendo desta vez mediante eleição democrática. Estes foram representados na figura do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), militar reformado do exército brasileiro e o vice Hamilton Mourão, também general da reserva do exército. Esse período também foi marcado pelo arrefecimento da organização coletiva dos trabalhadores, difusão de *fake news* pautadas em valores moralistas e reacionários, além de elementos de matizes neofascistas.

O que chama atenção a respeito desse fenômeno é que os militares assumem um protagonismo no cenário político num momento de crise política no Brasil, semelhante a períodos anteriores da história brasileira, a exemplo de 1930 e 1964. No entanto, cabe diferenciar que este momento, em específico, ocorreu mediante uma ausência de truculência por parte do Estado, considerando que o governo foi eleito popularmente, bem como foi marcado por uma passivização das classes subalternas. Ademais, constituiu o movimento tendencial de ascensão da extrema direita na América Latina e demarcou o retorno contundente do conservadorismo e do reacionarismo no Brasil, principalmente contra as minorias.

Uma das expressões da ascensão do conservadorismo que ganhou força nesse cenário foi decorrente da eleição expressiva de representantes da extrema-direita, que constituíram a Frente Parlamentar Evangélica. Em meio ao processo eleitoral de 2018, essa frente elaborou um manifesto à nação denominado “O Brasil para os brasileiros” que trazia abertamente a orientação para a política de educação de uma “escola sem ideologia e sem partido”, baseada numa concepção religiosa. Em 2018, essa frente era composta por 180 parlamentares federais, segundo os dados da Agência Brasil⁸, constituída por deputados e senadores, integrando o movimento que se denomina de bancada evangélica.

O projeto de governo eleito em 2018 tinha como slogan: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!” e a consigna “Deus, Pátria e Família”, que contou com a adesão de grande parcela das classes médias, do setor econômico industrial e do agronegócio, bem como os setores religiosos neopentecostais. Cabe destacar que o programa de governo expressava a representação das reivindicações e as bandeiras de lutas dessas frações de classe. Nesse sentido, a despeito da

8

Disponível

em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>> Acesso em: 04/12/2023

articulação dos interesses de classes que se colocaram em evidência nesse período, observa-se que houve uma aliança de dois sujeitos: a junção de militares e religiosos.

Nesse período, também foi evidente a ocupação massiva de cargos civis por militares no executivo, desde a esfera federal até a municipal, em funções que se constituem como os principais espaços decisórios do Estado-nacional. Segundo os dados apresentados por Nozaki (2021), o número de militares cedidos para ocupar cargos civis cresceu exponencialmente nos últimos anos, com destaque para o salto de 55% que ocorreu entre 2018 e 2020 no governo Bolsonaro, que chegou a 6.157 em 2020, o que constitui, para o autor, uma “tendência à militarização da gestão pública”. Além disso, também foi crescente nos últimos anos o número de candidatos militares ou egressos de corporações militares nas eleições. Ainda segundo Nozaki (2021), em 2020 a eleição registrou o maior número de candidatos militares dos últimos dezesseis anos, que alcançou o número de 6.755 no total.

No âmbito federal, foi marcante a presença das forças armadas nos ministérios. Além de ocupar cargos já tradicionalmente militarizados, como o Gabinete de Segurança Institucional-GSI e a Defesa Nacional, é possível observar que os militares ocuparam cargos de ministérios que são estratégicos na área econômica e de investimentos. De acordo com Nozaki (2021), em 2020, de um total de 23 ministérios, 10 pastas estavam ocupadas por militares, número correspondente a quase metade das pastas. Como podemos visualizar no quadro a seguir:

QUADRO 1- MINISTROS MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO (2020)

Ministros militares no governo Bolsonaro (2020)		
Ministério	Patente	Titular
Casa Civil	General do Exército	General Braga Netto
Gabinete de Segurança Institucional	General do Exército	General Augusto Heleno
Secretaria de Governo	General do Exército	Luiz Eduardo Ramos
Secretaria Geral da Presidência	Oficial da Polícia Militar	General Jorge Oliveira
Ciência, Tecnologia e Inovações	Tenente-Coronel da Aeronáutica	Marcos Pontes
Defesa	General do Exército	Fernando Azevedo e Silva
Infraestrutura	Capitão do Exército	Tarcísio Gomes de Freitas
Minas e Energia	Almirante da Marinha	Bento Albuquerque
Saúde	General do Exército	Eduardo Pazuello
Transparência	Capitão do Exército	Wagner Rosário

Fonte: Elaborado por Nozaki (2021)

O quadro acima mostra os ministérios que foram ocupados por militares do alto escalão das forças armadas do Brasil no ano de 2020. Entre esses espaços, chama atenção os cargos que são de confiança do presidente e os que possuem uma vinculação direta a gestão e a direção das políticas sociais, a exemplo do Ministério da Saúde.

Nesse sentido, há estudos que apontam eventos que podem ter contribuído para o protagonismo dos militares no cenário político brasileiro recente. Segundo o dossiê do Instituto Tricontinental (2022) contribuíram para esse retorno: a participação das forças armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) no período entre 2004-2017 e a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela lei 12.528/2011 no governo Dilma. Esta comissão representou uma afronta aos militares, mediante a publicação do relatório final em dezembro de 2014, referente ao processo investigativo sobre as violações de direitos humanos realizada pelos militares no período da ditadura.

Considerando o momento de crise de direção política que se abriu com o golpe de 2016 no Brasil, algumas análises desse período chamam atenção ao considerar que o golpe de 2016 marcou o fim do pacto realizado na “nova república” para uma “abertura democrática” ou mesmo uma “redemocratização” nas relações entre civis e militares. Em busca de explicar as relações de classe do período entre o pós-golpe 2016 e o governo Bolsonaro, a análise de Martins (2016) afirma que o golpe teria marcado “a transição para uma nova era de dominação burguesa no Brasil”, que inclusive marca o colapso da “nova república” (Martins, 2016). Segundo Avritzer (2016), o período entre 1986-2016 constituiu um pacto denominado de “nova república” e esta foi desfeita com o golpe de 2016, pois os novos projetos não terão como base os consensos formados na democratização e estes teriam se dissolvido no último período. De igual modo, após a eleição de Bolsonaro em 2018, surgiu ainda a análise de Nozaki (2021b) que indica que este governo se colocava como uma ameaça aos “pactos realizados na nova república”.

Essas análises, no entanto, não são hegemônicas, pois há ainda estudos que consideram que os militares “exerceram uma tutela permanente” sobre a política brasileira até chegar ao poder em 2018, como é o caso de Lentz (2022). Nessa mesma perspectiva, Penido (2024) defende a tutela militar na política brasileira e aponta que as forças armadas brasileiras sempre estiveram à direita do espectro político, desde a Independência até os dias atuais.

A partir do que foi exposto, é evidente o crescente protagonismo dos militares nos últimos anos na política brasileira e a sua relação com a burguesia. Pensando essa realidade a partir do que se apresenta na imediatividade e das análises que foram mencionadas, a relação entre a

crise política que se abriu em 2016, o padrão de hegemonia e o protagonismo desenvolvido pelos militares ao ascenderem ao executivo em 2018 ainda é um fenômeno que precisa ser investigado em seus determinantes estruturais, visto que há possibilidades e caminhos que se colocam abertos para a investigação.

4. Considerações Finais

A partir do que foi exposto até aqui, foi possível apreender que durante o período dos governos Lula-Dilma houve uma coalização entre diferentes frações de classes que possibilitou a sustentação desses governos. Esta articulação foi analisada sob diferentes perspectivas para a caracterização do padrão de hegemonia, como foi apresentado ao longo do texto. Desse modo, é visível que após o golpe de 2016, a relação de forças assumiu uma nova direção, o que permitiu a ascensão dos militares no cenário político brasileiro, inclusive, a direção direta do executivo do Estado.

O que se evidenciou a partir das análises⁹ que se debruçam sobre essa quadra histórica, é que o golpe de 2016 inaugurou um novo arranjo entre as frações de classe da burguesia hegemônicas, mediante articulação entre o capital financeiro e os militares, que estão ligados aos partidos orgânicos da burguesia e aos latifundiários, e não aos trabalhadores. Nesse sentido, o dossiê do Instituto Tricontinental (2022) aponta, inclusive, que os militares são os “pilares de organização política da coalizão militar-financeira-neopentecostal que levou Bolsonaro ao poder”.

Contudo, é importante ressaltar a necessidade de entender os desdobramentos dos acontecimentos de 2016 e o recrudescimento da dominação burguesa, que recoloca novas tendências para o Serviço Social. A ocupação de cargos estratégicos por militares no governo Bolsonaro é um aspecto relevante, inclusive, para pensarmos as novas tendências que se colocam para a atuação do Serviço Social, mediante orientações para as políticas que refletem diretamente no exercício profissional. Uma vez que é nesse contexto que ocorre o retorno do conservadorismo com elementos neofascistas e novos desafios no campo das políticas sociais.

Portanto, a possibilidade de análise desse processo se faz necessária em razão da ausência de caracterização do padrão de hegemonia burguesa que se construiu nesse período, da relação com os militares enquanto sujeitos políticos fundamentais e para a compreensão da

⁹ Cf. Alves (2016), Martins (2016) e Bugiato (2020).

atual conjuntura no Brasil. Apreender esse momento histórico também é preciso, inclusive, para lançar luz na compreensão das bases e circunstâncias históricas atuais e dos limites e restrições no campo político e das lutas sociais.

5. Referências

ALIAGA, Luciana. A restauração reacionária no Brasil em tempos de pandemia. **Revista Encontros com a Filosofia**. Ano 8, N 12, 2020. p. 58-75.

ALVES, Giovanni. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. **Blog Boitempo**, 2016. Disponível em:
<<https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>> Acesso em: 16/08/2022

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUGIATO, Caio. **Ensaio sobre a burguesia associada no Brasil**. Observatório do Estado Latino-americano (ODELA), Rio Grande do Sul. 29 de Setembro de 2020. Disponível em:
<<https://www.ufrgs.br/odela/2020/09/29/ensaio-sobre-a-burguesia-associada-no-brasil/>> Acesso em: 16/08/2022.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. O fim do Lulismo. In: JINKINGS,I;DORIA,K;CLETO,M.(Orgs.) **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. Manifesto à Nação: O Brasil para os Brasileiros. Câmara dos Deputados. Brasília, DF. 24 de outubro de 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. Hegemonia da pequena política. In: **Hegemonia às avessas** (orgs.) Francisco de Oliveira; Ruy Braga; Cibele Rizek. São Paulo, Boitempo, 2010. p. 29- 46.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1976.

GOMES, Cláudia M.C. Crise, Democracia Restrita e Golpe de 2016. **Revista Humanidades e Inovação**. v.8, n.57. 2021. p. 94-109.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 vols.

LENTZ, Rodrigo. “É a volta dos que nunca foram”. **Blog Pública**. Disponível em:
<<https://apublica.org/2022/07/e-a-volta-dos-que-nunca-foram-diz-pesquisador-sobre-militares-no-governo-bolsonaro/>> Acesso em: 09/08/2022.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A democracia sob censura**: Golpe de Estado, nova era de dominação burguesa e horizontes da esquerda no Brasil. Blog Boitempo, 2016. Disponível em:
<<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/20/a-democracia-sob-censura-golpe-de-estado-nova-era-de-dominacao-burguesa-e-horizontes-da-esquerda-no-brasil/>> Acesso em: 16/08/2022

NOZAKI, William. **A Militarização da Administração Pública no Brasil**: projeto de nação ou projeto de poder?. Caderno da reforma administrativa. Brasília. Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), 2021.

_____. **Bolsonaro é uma ameaça aos três pactos da Nova República**. Disponível em:
<<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/bolsonaro-e-uma-ameaca-aos-tres-pactos-da-nova-republica/>> 2021b. Acesso em: 21/07/2024.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (Orgs.) **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo, Boitempo, 2010.

PENIDO, Ana. **Repensando um velho fenômeno**: a tutela militar na política brasileira. In: La crisis de la democracia en América Latina. Andrés Tzeiman ; Danilo Enrico Martuscelli. (Orgs) - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024. p. 107-126.

SILVEIRA JR., Adilson Aquino. As condições das classes trabalhadoras nas circunstâncias da crise e restauração no Brasil atual. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, 18(1). 2019, p.174-188.

SOUZA, Ana Karoline Nogueira de. Revolução Passiva e Transformismo: elementos para entender o capitalismo brasileiro. In: GOMES, C.M.C. **A crise e os limites históricos do capitalismo**: o lugar das políticas sociais no torvelinho da crise brasileira. Curitiba: Appris, 2020. p.129-155.

TRICONTINENTAL (Instituto). **A questão militar no Brasil**: o retorno do protagonismo dos militares na política. Dossiê nº 50, 2022.